Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 2023 | Nª 25.457 | Preço banca: R$ 3,50

Caixa antecipa em um mês distribuição dos lucros do FGTS

Os trabalhadores poderão engordar o saldo da conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) um mês mais cedo que o tradicional. A Caixa Econômica Federal antecipou a distribuição dos lucros do fundo. O dinheiro extra, que pela legislação poderia ser distribuído até 31 de agosto, e começou a ser depositado na quinta-feira (27) e vai até o próximo dia 31.

O trabalhador poderá consultar o recebimento dos lucros do FGTS nas contas em seu nome por meio do aplicativo FGTS, disponível para smartphones e tablets dos sistemas Android e iOS. Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato no balcão de atendimento.

O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado. Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

A distribuição de R$ 12,7 bilhões do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2022, foi aprovada na última terça-feira (25) pelo Conselho Curador do fundo. Os ganhos serão divididos proporcionalmente entre os cotistas. Quanto maior o saldo da conta vinculada ao FGTS, mais o trabalhador terá a receber.

O valor de referência corresponde ao saldo de cada conta em 31 de dezembro de 2022. Quem tiver mais de uma conta receberá o crédito em todas elas, respeitando a proporcionalidade do saldo. Página 4

“Há coleção de fatores para a queda dos juros”, diz Haddad

Página 3

Grupo vai propor medidas contra o assédio moral no serviço público

Página 4

Governo de SP realiza mutirão de negociação de dívidas da Sabesp

O Governo de SP inicia na segunda-feira (31) o mutirão “Acertando Suas Contas com a Sabesp” para negociação de dívidas, com até 100% de desconto nos valores de juros e multas e possibilidade de parcelamentos dos débitos. A ação acontece até o dia 30 de setembro e é voltada para imóveis residenciais, comerciais e industriais que tenham contas em aberto, seja na Capital, Grande São Paulo, interior ou litoral.

O feirão será realizado em todos os postos oficiais de atendimento da Companhia: canais digitais, atendimento telefônico, agências presenciais ou nas unidades móveis. O pagamento poderá ser feito via PIX, com cartão de crédito ou por meio de parcelamento direto com a Sabesp.

A expectativa da Companhia é realizar cerca de 250 mil negociações até o final do mutirão. O objetivo da Sabesp é disponibilizar ao cliente a oportunidade de quitação da dívida com condições especiais, garantindo a continuidade dos serviços.

Serão enviadas mensagens SMS aos clientes sobre o mutirão. Também é possível ter mais informações nas redes sociais da Companhia.

Para negociar, o responsável pelo débito deve ter em mãos um documento pessoal (RG ou CNH) e uma conta de água onde aparece o número de fornecimento do imóvel. Além da quitação de débitos, os clientes podem aproveitar a oportunidade para atualizar o cadastro junto à Sabesp ou tirar dúvidas sobre outros assuntos.

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 27º C 16º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,75
Venda: 4,75

Turismo
Compra: 4,84
Venda: 4,92

EURO

Compra: 5,21
Venda: 5,22

Brasil abre mais de 157 mil empregos formais em junho

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 3

Prefeitura prorroga até 21 de agosto prazo para desconto de até 95% em multa e juros de IPTU e ISS na dívida ativa

Página 2

Governo Central registra maior déficit para junho em dois anos

Página 3

Esporte

Brasil busca manter a longa hegemonia no Sul-Americano de Atletismo

Com a disputa de 14 finais – sete pela manhã e sete à tarde - começa às 8 horas desta sexta-feira (28/7) o Campeonato Sul-Americano de Atletismo, no estádio do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo. A competição, que vai definir a delegação brasileira para o Mundial de Budapeste, na Hungria, de 19 a 27 de agosto, terminará no domingo (30/7). Todas as provas serão transmitidas ao vivo numa parceria entre o Canal Olímpico do Brasil, do COB, e a TV Atletismo Brasil, da CBAt. A entrada é gratuita para o público.

A primeira final do evento será os 10.000 m feminino (às 8 horas), seguida dos 10.000 m masculino (9:20). Estão previstas ainda as finais do salto com vara, lançamento do martelo, 1.500 m, salto triplo e os 100 m rasos – todas no feminino e no masculino –, além do arremesso do peso feminino e do 4x400 m misto.

As decisões mais esperadas do primeiro dia de disputas, como sempre, são as dos 100 m. No feminino, as brasileiras Lorraine Martins e Vitória Rosa estão entre as favoritas. Elas ocupam a segunda e a terceira colocações respectivamente no Ranking Sul-Americano, com 11.16 (0.6) e 11.18 (-0.1). A líder é a equatoriana Ângela Tenório, ex-recordista continental da prova e a primeira a baixar dos 11 segundos. Ela tem 11.12 (1.0) como melhor resultado deste ano.

Eleita a melhor atleta do Troféu Brasil Interclubes Loterias Caixa, realizado de 6 a 9 de julho, em Cuiabá, Lorraine guarda suas melhores expectativas para os 200 m. “Quero muito melhorar meu tempo nos 100 m (10.16), mas o meu grande objetivo é alcançar o índice para os Jogos Olímpicos de Paris-2024 nos 200 m”, disse a velocista carioca, de 23 anos, já qualificada para o Mundial de Budapeste nesta prova.

Nos 100 m masculino, os representantes brasileiros são Erik Cardoso e Paulo André Camilo de Oliveira, que conquistou em Cuiabá o sexto título do Troféu Brasil, mesmo tendo ficado um ano e seis meses afastado das competições por participar do reality BBB-2022, da TV Globo.

Erik lidera o Ranking Sul-Americano ao lado do também brasileiro Renan Gallina, com 10.01, enquanto Paulo André está na sétima colocação, com 10.15, tempo obtido com a vitória em Cuiabá. “Disputei apenas duas competições desde a minha volta e tive uma lesão, que atrapalhou, mas minhas expectativas são as melhores. Quero melhorar individualmente e o revezamento vai ser uma prova muito importante porque é o único teste para o Mundial”, comentou Paulo André.

Entre os estrangeiros, um dos destaques é o norte-americano, com passaporte de Suriname, Issamade Asinga, um velocista de apenas 18 anos, que tem chamado muito a atenção. Ele tem este ano 10.10 (1.0), nos 100 m, e 19.97 (1.3) nos 200 m. Asinga, assim como Paulo André, já correu abaixo dos 10 segundos - 9.86 e 9.83, mas com vento acima do permitido.

Foto/ Wagner Carmo

Erik *Cardoso*

Outro destaque estrangeiro é o colombiano Anthony Zambrano, de 25 anos, que conquistou as medalhas de prata nos 400 m nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2021 e no Mundial de Doha-2019. Recordista Sul-Americano, com 43.93, ele compete em São Paulo de olho no índice para o Mundial de Budapeste e a Olimpíada de Paris (45.00). O melhor tempo dele este ano é de 45.52.

Os representantes brasileiros nesta prova são Lucas da Silva Carvalho e Maxsuel dos Santos Santana, que tem os melhores tempos pessoais de 45.10 e 45.75, respectivamente. O líder do Ranking Sul-Americano é o paulista Alison dos Santos, com 44.73. Campeão mundial dos 400 m com barreiras, em Eugene, em 2022, Alison está treinando na Turquia para o Mundial de Budapeste.

Até nesta quinta-feira (27/7), quando estava prevista a reunião presencial sobre a competição, em São Paulo, o Sul-Americano tinha a inscrição de 394 atletas de todos os 13 países do continente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

O Brasil manteve a sua longa hegemonia na história do Campeonato Sul-Americano Adulto de Guayaquil-2021, no Equador. A seleção brasileira conquistou a 33ª vitória na categoria masculina em 52 edições, tendo alcançado a 24ª consecutiva. No feminino, em 41 competições na história, as brasileiras ganharam também a 33ª - a 25ª em seguida.

No total, em cinco etapas da competição, disputada no Estádio Modelo Alberto Spencer, o Brasil somou 470 pontos, sendo campeão também no masculino com 246 pontos e no feminino com 224. A Colômbia ficou em segundo lugar na classificação geral, com 275 pontos (119 e 156), seguida do Equador, com 161,5 (73,5 e 88). A equipe fechou o último torneio, com 49 medalhas (26 de ouro, 11 de prata e 12 de bronze).

SERVIÇO - O Sul-Americano é uma oportunidade para o público ver os atletas do continente em ação. A entrada para o público é franca. A pista do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) fica na Vila Clementino, ao lado do Parque das Bicicletas - entrada pela Rua Pedro de Toledo 1.651. O acesso por metrô é muito fácil pela Linha 5 - Lilás, Estação AACD-Servidor.

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Defensoria contesta foco de operação feita na Cracolândia em 2022

No ano passado, a Polícia Civil realizou centenas de prisões a partir da chamada Operação Caronte, que seria, segundo o governo do estado de São Paulo, uma ação de "inteligência" para combate ao "tráfico de drogas" na região da Cracolândia, no centro da capital paulista. No entanto, um relatório divulgado pela Defensoria Pública de São Paulo mostra que a maioria dos detidos eram pessoas em situação de rua que portavam cachimbos sujos.

O trabalho analisou 641 registros de prisões feitas entre setembro e novembro de 2022. Dessas, 638 foram enquadradas somente no Artigo 28 da Lei de Drogas (11.343 de 2006), que diz respeito ao porte de substâncias para consumo pessoal. Apesar da exigência legal de exame que comprove a existência da droga ilícita, em 74 casos, não foi apresentado o laudo toxicológico. Em 556 casos, foram apreendidos cachimbos com "resquícios e sujidades" de cocaína ou maconha e, em apenas oito, houve apreensão de drogas em alguma quantidade.

Nos casos em que foram apreendidas drogas, as quantidades variavam de 0,05 grama (g) a 1,5 g, para cocaína, e 0,29 g a 2,7 g, em relação às situações em que a pessoa foi encontrada com maconha. "Apesar de a lei não prever a possibilidade de criminalizar a conduta de portar instrumento ou objeto utilizado para o consumo de drogas, verifica-se que a atuação policial centrou-se na apreensão do cachimbo, independentemente da existência de substâncias na posse do usuário/a de crack", enfatiza o relatório.

Apenas oito pessoas presas tinham endereço determinado nos registros policiais. Em 86,7% dos casos foram alternadas as denominações "morador de área livre", "sem residência fixa" e "morador de rua". Em 11,5% das prisões não há qualquer informação sobre o local de residência da pessoa detida. "Os termos circunstanciados não trazem qualquer reflexão sobre o que significaria residir em uma "área livre" e de que modo essa condição se diferenciaria de não ter uma residência fixa ou estar em situação de rua", pontua o relatório sobre a análise dos registros policiais.

As detenções não eram individualizadas, sendo feitas em grandes grupos encontrados nas imediações do 77º Distrito Policial, da Santa Cecília, responsável pela condução da operação. No registro com maior número de pessoas, foram levados de uma vez só 27 detidos, quando a média é de 12 prisões por vez. Entre os presos, 91 foram levados mais de uma vez nos 53 termos circunstanciados relativos às detenções. Entre as pessoas presas, 63% eram negras e 86%, homens.

Em 45 dos 53 termos circunstanciados, lavrados após as prisões ocorridas entre setembro e novembro do ano passado, a Justiça decidiu não dar andamento aos processos. Em três casos, ainda não havia decisão até o encerramento da coleta de dados. "Vale pontuar ainda que, por meio da utilização do instrumento do habeas corpus de ofício, os juízes enunciaram em suas decisões o reconhecimento da prática de flagrantes ilegalidades nas operações da polícia civil", diz o documento sobre o instrumento evocado em 39 decisões.

"O fato de 90% das prisões terem sido consideradas ilegais pelo Judiciário e de os processos sequer terem tido seguimento mostra que a ação da polícia, além da violência, que a gente já tinha noticiado e coletado dados, também é ilegal", enfatiza a defensora Fernanda Balera, uma das coordenadoras da pesquisa. "Muitas pessoas estavam sequer portando drogas e eram detidas por porte de drogas", afirma.

Quanto ao fluxo estabelecido para encaminhamento dos detidos a serviços de saúde, o relatório aponta uma série de inconsistências. "A Secretaria Municipal de Saúde associa a detenção realizada na carceragem da delegacia com suposto "acolhimento" e chancela o fluxo de encaminhamento estabelecido entre a polícia e os equipamentos de saúde, sem problematizar a impossibilidade de garantir que seja estabelecida no ambiente policial e da carceragem uma política de conscientização baseada no consentimento livre e esclarecido do usuário", destaca o documento, a partir da visita aos equipamentos e consultas à prefeitura.

Além da concepção considerada problemática pela defensoria, o relatório aponta falta de informações precisas sobre a quantidade de pessoas que foi efetivamente encaminhada após as prisões, assim como confusão nas atribuições dos serviços. "Informou-se que, apesar da voluntariedade, as pessoas que aderem ao programa do Serviço de Cuidados Prolongados devem ser acompanhadas por técnicos durante as eventuais saídas do SCP", exemplifica o texto sobre as contradições encontradas durante visita a um dos serviços.

"O mais importante é que os dados mostram é que a velha receita de usar polícia, prisão e detenção como estratégia para a questão social da Cracolândia não dá certo. Pelos dados, as pessoas são presas e voltam para o mesmo lugar, não recebem encaminhamento de saúde", resume Fernanda.

Para a professora Taniele Rui, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que também participou da coordenação do relatório, a Operação Caronte parece ter tido como objetivo desgastar as pessoas desprotegidas socialmente que vivem ou frequentam a Cracolândia. "A gente ficou pensando o quanto essa operação teria sido eficiente nessas táticas de esgotamento, de fazer cansar, de fazer as pessoas irem para outros lugares, não ficarem ali. De precarizar ainda mais a situação na rua", afirma.

O contexto de violência impede, na visão da pesquisadora, a construção de projetos de cuidado efetivos. "O fato de que, nessas situações de violência, de perseguição, de detenção constante, de prisão como ameaça, torna-se muito difícil sequer pensar em redes de cuidado, de apoio. Isso desmonta os próprios profissionais, que tem que ficar em regime de urgência, denunciando. Não consegue nem se articular para pensar cuidado porque está reagindo à violência institucional", diz.

Ao comentar o relatório, a prefeitura de São Paulo diz que, no período entre setembro e novembro de 2022, as equipes de saúde e assistência social "realizaram 24.385 abordagens, 3.620 atendimentos de saúde, 5.591 encaminhamentos para a rede socioassistencial, 646 encaminhamentos para a rede de saúde e 701 encaminhamentos para a Siat II [Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica], totalizando 6.938 encaminhamentos".

Ainda segundo a nota da prefeitura, desde 2017, funciona no município o Programa Redenção, que promove acolhimento pelo Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica. O serviço está, de acordo com a administração municipal, "dividido em três categorias: Siat I, Siat II e Siat III. A depender do nível de autonomia do usuário, conforme analisado pelo Núcleo de Acompanhamento de Casos (NAC), ele é encaminhado para um desses serviços". (Agência Brasil)

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Vereadores do PSDB - que elegeu João Doria prefeito (2016) e reelegeu o vice Bruno Covas, prefeito (2018 - 2020) - acreditam que o apoio ao prefeito Ricardo Nunes (MDB), vice do Covas (falecido em 2021) terá a maior coligação de partidos 'centro-direitas'

.

PREFEITURA (São Paulo)

Embora pouco apareça nos cenários eleitorais paulistanos, Regina - esposa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) terá papel importantíssimo na campanha pela possível reeleição do marido (2024). Ela não é muito diferente da Michelle. Só falta assumir politicamente

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas do PL e do Republicanos vão ter que abrir os olhos às possíveis dificuldades que podem ser criadas pelo PP, pelo Podemos, pelo PSD e pelo União (DEM + PSL). Na política, adversários e inimigos podem ser os nossos 'amigos sem saber'

.

GOVERNO (São Paulo)

Uma coisa é o Tarcísio Freitas aproximar dirigentes do Republicanos (da igreja Universal do Edir Macedo) com o PL Bolsonarista. Outra coisa é o deputado federal (SP) Russomanno ter alguma chance de estar entre possíveis vices do prefeito Nunes (MDB) 2024

.

CONGRESSO (Brasil)

Antonio Carlos Rodrigues (ACR), ex-vereador e maior presidente da Câmara paulistana (no Século 21), ex-senador e ex-ministro (Transportes), já é considerado um dos mais importantes e profissionais deputados federais (SP) pelo Partido Liberal do dono Costa Neto

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Tanto o presidente Lula (dono do PT) - com 77 anos, como o vice-presidente Alckmin (ex-MDB, um dos fundadores do PSDB e agora alojado no PSB) - com 70 anos, não tão preocupados - a não ser com as esposas - com o que pensam e falam sobre o que de fato são

.

PARTIDOS

1º periférico a presidir o PSDB paulistano, Fernando Alfredo será reeleito (setembro 2023). Bancada de vereadores(as) tá com ele, por ter sido decisivo na reeleição (2020) do amigo e prefeito Bruno Covas. Em 2024, ele apoia a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) ...

.

(Brasil)

... A deputada federal (SP) Renata Abreu (dona do PODEMOS) quer aprovar o projeto de lei que coloca a Educação Política e Cidadã nos Ensinos fundamental e médio. O domínio do professorado 'esquerdas' poderá aproveitar pra implantar as Escolas com Partidos ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Que tal um projeto de lei que acrescente no currículo escolar (Ensino fundamental e médio) a matéria Educação Constitucional e Cidadã, pra que nossos meninos e meninas saibam sobre as liberdades e garantias individuais e fundamentais ? Seriam Escolas sem partidos ?

.

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - www.cesarneto.com - desde 1993. Recebeu a "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (Estado São Paulo), por ter se tornar referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Prefeitura prorroga até 21 de agosto prazo para desconto de até 95% em multa e juros de IPTU e ISS na dívida ativa

A Prefeitura de São Paulo prorrogou em um mês, até 21 de agosto, o prazo para o parcelamento facilitado para pagamento de IPTU e ISS inscritos em dívida ativa. A medida beneficia setores mais impactados pela pandemia. A regularização do débito exclui o nome do devedor do CADIN (Cadastro Informativo Municipal) e evita o protesto e a cobrança judicial.

De acordo com a Procuradoria Geral do Município, quem está inscrito no CADIN não pode realizar contratos com o poder público. No caso de ação judicial, a PGM busca bens (em dinheiro, investimento e imóveis) para o pagamento do valor em aberto. No caso específico de débito de IPTU, o imóvel pode ser penhorado e até vendido.

Os benefícios para pagamento de IPTU foram concedidos aos imóveis da região do Centro Histórico da Cidade (definido no inciso I do art. 6° da Lei 17.844/22) e para imóveis de qualquer região da cidade, desde que tenham seu uso cadastrado na Prefeitura como 70 (cinema, teatro, casa de diversão, clube ou congênere) ou 80 (hotel, pensão ou hospedaria).

Já os benefícios para pagamento de ISS foram concedidos aos setores de transporte, turismo, entretenimento, lazer, entre outros. A listagem completa desses serviços está disponível no Portal Fique em Dia. Podem ser incluídos no acordo os débitos inscritos em dívida ativa mesmo que já estejam protestados ou em cobrança judicial.

A medida prevê desconto de 95% em juros e multa para pagamento à vista. Já no caso de parcelamento, o desconto é de 80% para pagamento em até 120 vezes, desde que o valor mínimo da parcela seja de R$ 25 para pessoa física ou R$ 150 para pessoa jurídica.

Adesão sem sair de casa

A adesão ao acordo de transação pode ser feita sem sair de casa, sem a necessidade de carregar documentos ou esperar em filas. No Portal Fique em Dia, é possível aderir ao acordo, emitir as parcelas, acompanhar a situação do acordo e encontrar informações úteis sobre a transação. Para acessar, basta ter em mãos a senha web da Prefeitura.

É preciso ficar atento pois o Portal Fique em Dia mostra apenas os débitos que se enquadram na transação.

Parcelamento facilitado o ano todo

Para a consulta e regularização de outros débitos em dívida ativa que estão fora das condições desse edital que está aberto, acesse o Portal da Dívida Ativa. Todos os débitos inscritos em dívida ativa (como IPTU, ISS, multas de trânsito, multas de subprefeitura, etc) podem ser regularizados durante o ano todo em até 60 vezes desde que o valor mínimo da parcela seja de R$ 150 (para débitos do Simples Nacional, o valor mínimo da parcela é de R$ 300).

Polícia Civil prende um dos principais abastecedores de crack na região central de SP

A Polícia Civil de São Paulo, por meio do 3º DP (Campos Elíseos), prendeu na quarta-feira (26) um homem, de 44 anos, considerado um dos principais fornecedores de crack para a região central de São Paulo. O suspeito foi detido com 1,5 kg da droga e R$12 mil na Rua dos Andradas, no bairro República, também no centro.

"Hoje eu julgo que é a prisão mais importante da área do centro de São Paulo porque esse suspeito era um dos principais abastecedores do tráfico de entorpecentes na região da Cracolândia. A prisão não tem relevância pela quantidade de drogas apreendidas, mas sobre o processo de desarticulação do crime organizado", disse o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

A prisão foi realizada a partir do trabalho de investigação da unidade policial que solicitou o mandado de prisão temporária à Justiça, deferido por 30 dias.

O investigado alugava um apartamento em nome de uma mulher para armazenar e distribuir os entorpecentes. Ele comprava e preparava a droga no litoral, onde ia semanalmente, e trazia para vender no centro da capital. Ele tinha 10 passagens pela polícia pelos crimes de furto, roubo, estelionato, receptação e tráfico.

"Existe uma força-tarefa acontecendo na região central de São Paulo. Não são simples operações que estão acontecendo ao acaso. É um trabalho de investigação e de inteligência", complementa Derrite.

O flagrante de hoje faz parte das ações realizadas na região central, como a Downtown, em junho, com 13 presos por tráfico de drogas, sendo dois considerados líderes do tráfico na região, e a realizada no último sábado (22), com 18 detidos.

Na mesma tarde, os policiais da Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (CERCO) da 4ª Seccional deflagraram a "Operação 12" contra ações criminosas do tráfico de drogas na capital.

A operação resultou em cinco presos, sendo três homens e duas mulheres, além de apreensão de droga sintética M4 e dinheiro.

SP tem 30 mil cadastrados para profilaxia pré-exposição ao HIV

A cidade de São Paulo chegou, em julho, aos 30 mil usuários cadastrados para Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP). Em todo o Brasil, segundo o painel de monitoramento da PrEP do Ministério da Saúde, há 64,4 mil pessoas cadastradas e 88,6 mil que receberam os medicamentos ao menos uma vez nos últimos 12 meses.

A PrEP consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para evitar contaminação com o vírus HIV em caso de exposição. As prioridades do método são pessoas com maior vulnerabilidade à infecção, como homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo, homens e mulheres trans, e casais sorodiferentes (quando um tem HIV e o outro não).

O Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza também a profilaxia pós-exposição (PEP), com medicamentos antirretrovirais após uma possível exposição ao vírus. Esse método é pensado para casos em que o preservativo sai, se rompe ou não é utilizado por algum motivo durante o ato sexual. Assim como no caso de acidentes com materiais perfurantes ou cortantes possivelmente contaminados e violência sexual. O início da profilaxia deve ocorrer até 72 horas após a exposição.

A lista de serviços que oferecem a PrEP na capital paulista pode ser acessada na página da Secretaria Municipal de Saúde, que também oferece mais informações sobre o assunto. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Consumo nos Lares encerra primeiro semestre com alta de 2,47%

O Consumo nos Lares Brasileiros medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) encerrou o semestre com alta de 2,47%. Na comparação de junho com o mesmo mês do ano passado, a alta é de 6,96%. Ante maio, o indicador apresentou alta de 0,55%. O resultado contempla os formatos de loja, atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e *e-commerce*.

Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, houve consumo consistente e gradual até o fim do semestre favorecido pelo recuo do desemprego, de reajustes salariais, da consolidação dos programas de transferência de renda. "Para os próximos meses, se mantidas a menor pressão da inflação sobre a cesta de alimentos, o consumo tende a ser crescente, pois há datas importantes que incentivam o consumo como o Dia dos Supermercados, a Black Friday e as festas de fim de ano", analisou Milan.

De acordo com a entidade, o aumento do consumo foi influenciado pelo montante de cerca de R$ 85,4 bilhões em recursos dos programas de transferência de renda do governo federal como o Bolsa Família, o Primeira Infância (a partir de março), o Benefício Variável Familiar (a partir de junho) e os Auxílios Gás pagos em fevereiro (R$ 112,00), abril (R$ 100,00) e junho (R$ 109,00).

Além disso, os reajustes do salário-mínimo em janeiro e em maio, os reajustes das bolsas da educação Capes e CNPQ, os reajustes dos servidores civis do Poder Executivo, o resgate do PIS/Pasep, o pagamento dos lotes residuais de Imposto de Renda 2022, a ampliação da isenção do imposto de renda, os pagamentos do 1º e 2º lotes de Restituição do Imposto de Renda, o pagamento de precatórios e a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do INSS também contribuíram para essa elevação.

De acordo com os dados da Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) registrou queda de 1,75% no semestre. Em junho, todas as regiões pesquisadas registraram deflação nos preços da cesta, que passou de R$ 750,22 em maio para R$ 741,23, um recuo de -1,20%, na média nacional.

As carnes foram os principais produtos da cesta com o maior recuo de preços no período. De janeiro a junho, a carne bovina – cortes do traseiro – registrou queda de -8,20% e os cortes do dianteiro (-5,88%), o frango congelado (-5,78%) e o pernil (-2,42%). Em junho, a variação ante maio foram: cortes do traseiro (-2,51%) e o corte dianteiro (-1,30%), o frango congelado (-1,27%) e o pernil (-2,40%).

Entre os itens básicos, as maiores quedas no semestre foram óleo de soja (-24,52%), café torrado e moído (-3,42%) e farinha de trigo (-1,10%). Já as altas foram puxadas por farinha de mandioca (+9,53%), leite longa vida (+9,17%), arroz (+6,45%), feijão (+4,78%).

Com condições climáticas mais favoráveis, a única alta de preço na cesta de hortifrutis no acumulado do ano foi registrada no tomate (+4,08%). Cebola (-43,47%), batata (-4,47%) apresentaram quedas no período.

Na cesta de limpeza, os preços ficaram praticamente estáveis em junho, no entanto, no acumulado do semestre, desinfetantes (+5,16%), sabão em pó (+4,17%), detergente líquido para louças (+2,10%) e água sanitária (+1,77%) puxaram as altas na categoria.

Dentre os itens de higiene e beleza destacam-se o aumento de preços: sabonete (+5,28%), creme dental (+5,22%), papel higiênico (+4,42%), xampu (+3,76%).

Na análise regional, a maior queda no indicador ocorreu na Região Norte (-2,11%), seguida do Centro-Oeste (-2,09%), Nordeste (-1,51%), Sudeste (-1,17%) e Sul (-0,30%

Previsões

Segundo a Abras, os 13º dos trabalhadores com carteira assinada, o pagamento de três lotes de restituições do Imposto de Renda 2023 somados à manutenção dos programas de transferência de renda, devem refletir positivamente no consumo das famílias. Além disso, o consumo deve ser incentivado por ofertas de datas como o Dia dos Supermercados (11 de novembro), Dia dos Pais, Dia das Crianças, Black Friday, Natal e Ano Novo. (Agencia Brasil)

Brasil abre mais de 157 mil empregos formais em junho

O Brasil registrou um saldo positivo de 157.198 empregos com carteira assinada no mês de junho deste ano. No período foram registradas 1.914.130 admissões e 1.756.932 desligamentos.

Os dados são do Novo Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados na quinta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

No acumulado do ano (janeiro/2023 a junho/2023), o saldo foi de 1.023.540 empregos, resultado de 11.908.777 admissões e 10.885.237 desligamentos.

Setores

O maior crescimento do emprego em junho ocorreu no setor de serviços, com um saldo de 76.420 postos formais. A agropecuária foi o segundo maior gerador de postos no mês, com 27.159 empregos gerados. A construção civil veio em seguida, gerando 20.953 postos, com destaque para obras de infraestrutura. O comércio registrou saldo de 20.554 postos e a indústria de 12.117 postos.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que o desempenho do Caged faz parte das ações do governo para a retomada da economia. "Estamos fazendo um esforço grande para a retomada do crescimento da economia, para gerar empregos de preferência de qualidade".

Segundo Marinho, um item que está atrapalhando a geração de empregos no Brasil é a taxa de juros praticada no país. "Se não fosse essa inadequação esquizofrênica do comportamento dos juros no Brasil, nós poderíamos estar falando em 200 mil novos empregos em junho". (Agencia Brasil)

Minas Gerais exporta primeiro lote de "lítio verde" do país

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, acompanhou, na quinta-feira (27), o embarque para exportação do primeiro lote de "lítio verde", extraído no Vale do Jequitinhonha, na região nordeste de Minas Gerais. O evento ocorreu no porto de Vitória.

O mineral é essencial para produção de baterias, ligas metálicas, dispositivos médicos e produção de fármacos, entre outras aplicações. O destaque é para a fabricação de baterias de longa duração que equipam veículos elétricos, indústria que vem sendo impulsionada pela transição energética.

A remessa enviada na quinta-feira para a empresa chinesa Yahua reúne 15 mil toneladas de lítio de alta pureza e 15 mil toneladas de rejeitos ultrafinos. Até o final do ano, a estimativa de exportação é de cerca de 130 mil toneladas.

O insumo tecnológico pré-químico de lítio foi produzido pela empresa brasileira Sigma Lithium e foi batizado de "lítio verde" pois a planta de exploração do material não possui barragem de rejeitos. Além disso, a empresa recicla a água utilizada na etapa de purificação do lítio, que não envolve agentes químicos. Os rejeitos são empilhados a seco e também são comercializados para a recuperação dos minerais residuais.

A operação é considerada estratégica para toda a cadeia de insumos de transição energética, de fontes sustentáveis, além de aumentar o valor agregado do produto. Em maio, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o governo de Minas Gerais anunciaram o lançamento do projeto Vale do Lítio, em Nova York, com o objetivo de atrair investimentos internacionais na região.

Além da brasileira Sigma Lithium, outras empresas estrangeiras já estão se instalando no nordeste de Minas Gerais.

De acordo com o MME, o Brasil está entre os países com maior potencial de extração de lítio do mundo, assim como o Chile, Argentina, Estados Unidos, Canadá e Austrália. "O lítio do Brasil, no entanto, oferece diferenciais competitivos que otimizam os investimentos. Ao contrário da maioria dos outros países, o lítio encontrado em Minas Gerais é de alta pureza, facilitando seu uso na fabricação de baterias mais potentes", explicou a pasta.

A região do Vale do Lítio compreende os municípios de Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul e Virgem da Lapa.

Segundo o MME, esses municípios abrigam a maior reserva brasileira de lítio, compreendendo cerca de 45 depósitos, segundo estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil. O órgão também indica que o potencial de cada depósito compreende 20 vezes mais que as reservas minerais de outras regiões, garantindo matéria-prima a longo prazo. (Agencia Brasil)

"Há coleção de fatores para a queda dos juros", diz Haddad

Existem condições favoráveis para que o Banco Central (BC) reduza a Taxa Selic na próxima semana, disse na quinta-feira (27) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Desde agosto do ano passado, os juros básicos da economia estão em 13,75% ao ano, no maior nível desde o início de 2017.

"Tem uma coleção de fatores para a Selic baixar", disse Haddad ao retornar de reunião no Palácio da Alvorada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro deu a declaração ao ser perguntado sobre a elevação da nota da dívida pública brasileira anunciada na quarta-feira (26) pela agência de classificação de risco Fitch.

A Fitch aumentou a nota da dívida pública brasileira de BB- para BB. A agência botou o país duas posições abaixo do grau de investimento, espécie de selo de bom pagador que atesta a capacidade de um país honrar os compromissos e não dar calote na dívida pública.

Os analistas de mercado ouvidos pelo boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com instituições financeiras, acreditam que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduzirá a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 0,25 ponto percentual, para 13,5% ao ano. Além da decisão da Fitch e da elevação da perspectiva de melhoria de nota pela Standard & Poor's (S&P), outra agência de classificação de risco, o comportamento da inflação tem reforçado as previsões de corte nos juros.

Em junho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou negativo em 0,08%, a primeira deflação em nove meses. O IPCA-15, que serve como prévia da inflação oficial, ficou negativo em 0,07% neste mês.

Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,16%. O IPCA-15 soma 3,19% no mesmo período. Para o segundo semestre, os analistas ouvidos pelo boletim Focus acreditam num leve repique da inflação, mas o IPCA deverá encerrar o ano em 4,9%.

A lei que deu autonomia ao Banco Central estabelece dois objetivos para a política monetária: controlar a inflação conforme as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e manter o crescimento econômico. Para este ano, a meta do CMN para a inflação oficial pelo IPCA está fixada em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo. Dessa forma, a expectativa do boletim Focus aproxima-se do teto da meta, de 4,75% para a inflação em 2023. (Agencia Brasil)

Governo Central registra maior déficit para junho em dois anos

Sem as receitas da concessão da Eletrobras e de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou o maior déficit primário para meses de junho em dois anos. No mês passado, o resultado ficou negativo em R$ 45,223 bilhões, contra superávit de R$ 14,588 bilhões obtido em junho de 2022.

Tanto em valores nominais como reais (corrigidos pela inflação), o resultado de junho foi o pior para o mês desde junho de 2021, quando houve déficit primário de R$ 73,474 bilhões após o início da pandemia de covid-19.

O resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 34,1 bilhões em junho.

Com o resultado de junho, o Governo Central acumula déficit primário de R$ 42,509 bilhões no primeiro semestre de 2023. Em janeiro, havia sido registrado superávit de R$ 78,326 bilhões, mas os resultados negativos dos meses seguintes reverteram a conta.

Em valores nominais, esse é o quarto maior déficit acumulado, só perdendo para o primeiro semestre de 2021 (-R$ 53,57 bilhões), de 2017 (-R$ 56,48 bilhões) e de 2020, quando o resultado negativo atingiu o recorde de R$ 194,853 bilhões por causa do início da pandemia de covid-19.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece meta de déficit primário de R$ 231,5 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), mas mecanismos de compensação entre a União e as estatais e entre a União e os estados permitem que a meta chegue a R$ 238 bilhões.

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote que pretende aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R$ 100 bilhões em 2023. Na semana passada, os ministérios da Fazenda e do Planejamento informaram que a previsão oficial de déficit primário está em R$ 145,4 bilhões para este ano.

Sem uma série de recursos extraordinários que entraram no caixa no ano passado, mas não se repetiram neste ano, as receitas despencaram em junho. No último mês, as receitas líquidas caíram 23,8% em relação a junho do ano passado em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), há queda de 26,1%. No mesmo período, as despesas totais subiram 8,2% em valores nominais e 4,9% após descontar a inflação.

Os principais motivos para a queda nas receitas foi o pagamento de R$ 27,5 bilhões da concessão de usinas hidrelétricas pertencentes à Eletrobras, privatizada em junho do ano passado. Além disso, o BNDES pagou R$ 19,5 bilhões em dividendos à União no mesmo mês, enquanto em junho deste ano nenhum dividendo foi pago.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve queda de 4,9% em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. As maiores reduções ocorreram no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (-R$ 19,5 bilhões) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (-R$ 2,5 bilhões), por causa do pagamento extraordinário de tributos sobre o lucro de empresas no ano passado que não se repetiu este ano.

Com a forte alta dos combustíveis após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, no ano passado, a gasolina aproximou-se de R$ 8, o que elevou temporariamente o lucro de empresas ligadas ao setor de petróleo. Como os preços estão caindo neste ano, os ganhos estão menores, o que acarreta menos pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Com as recentes quedas do petróleo no mercado internacional, as receitas com royalties caíram R$ 1,23 bilhão (-18,6%) no mês passado na comparação com junho de 2022, descontada a inflação. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US$ 83 após ter chegado a US$ 120 no meio do ano passado, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R$ 8,2 bilhões acima da inflação em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Por causa do pagamento do décimo terceiro a aposentados e pensionistas, que voltou ao calendário tradicional neste ano, os gastos com a Previdência Social subiram R$ 11,57 bilhões a mais que o IPCA.

Essas altas foram compensadas com a queda de R$ 8,9 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios), por causa do fim de despesas com a saúde relacionadas ao arrefecimento da pandemia de covid-19. Além disso, houve redução de R$ 7 bilhões em gastos com sentenças judiciais e precatórios, porque os gastos se concentraram em maio neste ano. No ano passado, essas despesas tiveram pico em junho.

Os gastos com o funcionalismo federal subiram 1% de janeiro a junho descontada a inflação. A alta reflete o início de aumento de 9% para os servidores do Poder Executivo Federal, aprovado no fim de abril pelo Congresso.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R$ 22,3 bilhões nos seis primeiros meses do ano. O valor representa alta de 9,4% acima do IPCA em relação ao mesmo período de 2022. Nos últimos meses, essa despesa tinha caído descontada a inflação, mas o Tesouro atribui o recuo ao ritmo variável no fluxo de obras públicas. (Agencia Brasil)

Medidas para aumentar arrecadação visam déficit fiscal zero

Questionada na quinta-feira (27) se o governo pretende fazer cortes no orçamento para alcançar a meta fiscal zero de 2014, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, respondeu que o Executivo tem "cartas na manga" para aumentar a arrecadação da União e, com isso, não precisar fazer cortes orçamentários. "É desafiador, mas é factível", afirmou.

O governo federal se comprometeu, a partir do projeto de Arcabouço Fiscal em tramitação no Congresso Nacional, a alcançar déficit fiscal zero em 2024. Como o governo estima um saldo negativo de R$ 145,4 bilhões nas despesas primárias de 2023, há expectativa de que a equipe econômica precise adotar novas medidas para reduzir esse déficit a zero no próximo ano. Os gastos primários são aqueles que excluem as despesas com a dívida pública.

"O ministro Haddad têm algumas cartas na manga do colete. Ele tem mais ou menos oito medidas que podem ser implementadas para arrecadar recursos. Não vai necessariamente precisar mandar as oito, pode mandar quatro ou cinco que podem fechar essa conta", explicou Tebet.

As medidas para aumentar a arrecadação, segundo Tebet, devem ser enviadas até o dia 31 de agosto, data limite para o Executivo enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso Nacional.

A ministra do Planejamento acrescentou que, caso alguma das medidas, por algum motivo, trave no Parlamento, o governo pode trocar por novas medidas. "Se uma ou outra não tiver condições de avançar obviamente se troca", completou.

Simone Tebet disse ainda que vai se reunir na próxima semana com o relator do projeto do Arcabouço Fiscal na Câmara, o deputado Claudio Cajado (PP-BA), para discutir a tramitação do texto, previsto para ser votado no retorno do recesso parlamentar. A ministra vai defender a aprovação de uma emenda capaz de garantir a antecipação de R$ 30 bilhões a R$ 32 bilhões para o orçamento de 2024, "sob pena de o orçamento ter que ser alterado até o final do agosto (de 2024)".

A emenda sugerida por Tebet altera o período do cálculo para correção dos gastos públicos com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo ela, "esse orçamento (de 2024) está condicionado à aprovação da emenda". (Agencia Brasil)

Caixa antecipa em um mês distribuição dos lucros do FGTS

Os trabalhadores poderão engordar o saldo da conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) um mês mais cedo que o tradicional. A Caixa Econômica Federal antecipou a distribuição dos lucros do fundo. O dinheiro extra, que pela legislação poderia ser distribuído até 31 de agosto, e começou a ser depositado na quinta-feira (27) e vai até o próximo dia 31.

O trabalhador poderá consultar o recebimento dos lucros do FGTS nas contas em seu nome por meio do aplicativo FGTS, disponível para smartphones e tablets dos sistemas Android e iOS. Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato no balcão de atendimento.

O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado. Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

A distribuição de R$ 12,7 bilhões do lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2022, foi aprovada na última terça-feira (25) pelo Conselho Curador do fundo. Os ganhos serão divididos proporcionalmente entre os cotistas. Quanto maior o saldo da conta vinculada ao FGTS, mais o trabalhador terá a receber.

O valor de referência corresponde ao saldo de cada conta em 31 de dezembro de 2022. Quem tiver mais de uma conta receberá o crédito em todas elas, respeitando a proporcionalidade do saldo.

Para saber a parcela do lucro que será depositada, o trabalhador deve multiplicar o saldo de cada conta em seu nome em 31 de dezembro do ano passado por 0,02461511. Esse fator significa que, na prática, a cada R$ 1 mil de saldo, o cotista receberá R$ 24,61. Quem tinha R$ 2 mil terá crédito de R$ 49,23, com o valor subindo para R$ 123,08 para quem tinha R$ 5 mil no fim de 2022.

O percentual do lucro que seria repassado aos trabalhadores foi definido hoje pelo Conselho Curador e equivale a 99% do lucro de R$ 12,848 bilhões obtido pelo FGTS no ano passado. A distribuição do lucro elevará o rendimento do FGTS neste ano para 7,09%, superior à inflação oficial de 5,79% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022.

A situação é bem diferente da do último ano. Em 2022, o FGTS tinha rendido 5,83%, contra inflação oficial de 10,06% em 2021.

Mesmo ganhando da inflação, o FGTS rendeu menos que a caderneta de poupança. No ano passado, a poupança rendeu 7,89%, influenciada pela taxa Selic (juros básicos da economia). Quando os juros básicos estão acima de 8,5% ao ano, a poupança rende 0,5% ao mês (6,17% ao ano) mais a Taxa Referencial (TR).

Pela legislação, o FGTS rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR) e a distribuição dos lucros. Como a TR está em 0,215% ao mês (2,61% ao ano), o rendimento mínimo corresponde a 5,6% a cada ano. Com a distribuição de lucros, a remuneração do Fundo de Garantia sobe para 7,09%.

Podem receber a distribuição do lucro os trabalhadores com saldo em contas do FGTS em 31 de dezembro de 2022. Embora o dinheiro seja transferido para o trabalhador, ele só poderá sacar nos casos previstos pela legislação, como compra de imóvel, desastres naturais, doenças graves, aposentadoria e aniversário de 70 anos.

Além dessas hipóteses, existe o saque-aniversário. Criada em 2019 e em vigor desde 2020, essa modalidade permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo a cada ano, no mês de aniversário, em troca de não receber parte do que tem direito em caso de demissão sem justa causa.

O período de saques começa no primeiro dia útil do mês de aniversário do trabalhador. Os valores ficam disponíveis até o último dia útil do segundo mês subsequente. Caso o dinheiro não seja retirado no prazo, volta para as contas do FGTS em nome do trabalhador. (Agencia Brasil)

Dados do IBGE sobre quilombolas no Censo 2022 são reparação histórica

Representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais celebraram, na quinta-feira (27), a divulgação de dados relativos à população quilombola no Brasil, presentes no Censo pela primeira vez na edição de 2022. Coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo 2022 mostrou que Brasil tem 1,32 milhão de quilombolas, residentes em 1.696 municípios.

Na divulgação da publicação Brasil Quilombola: Quantos Somos, Onde Estamos?', em Brasília, o presidente em exercício do IBGE, Cimar Azeredo, considera os números inéditos sobre esse grupo populacional são uma verdadeira reparação histórica de injustiças cometidas no passado. "São essas populações que mais precisam das estatísticas, desses números. A gente precisa saber quantas escolas, quantos postos de saúde, coisas relacionadas à educação e tudo o que essa população quilombola precisa, como a titulação [de terras]. Os dados que estão sendo apresentados hoje, pelo IBGE, se tornam, praticamente, uma reparação histórica". Cimar Azeredo adiantou que, brevemente, o IBGE vai apresentar informações básicas sobre pessoas indígenas e moradores de comunidades e favelas.

O coordenador executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) Denildo Rodrigues de Moraes, o Biko, agradeceu a cada liderança quilombola, que, segundo ele, fizeram o papel do Estado durante o censo e conversaram com suas comunidades para destacar a importância de responder às perguntas do levantamento e que hoje é um dia de vitória. "O censo é uma conquista de anos de luta e é importante para que possamos avançar na construção de políticas públicas. Somos mais do que números. A cada número desse bate um coração e uma trajetória de resistência".

"O censo está aqui para que o povo brasileiro conheça essa parte da riqueza da nossa história que o livro da escola não conta. Nós somos parte da história do povo brasileiro", ressalta Biko Moraes.

A representante da Organização das Nações Unidas no Brasil, Florbela Fernandes, destacou que o levantamento e a divulgação de dados sobre a população quilombola no Brasil tem um simbolismo enorme a todo o país. "A inclusão de um quesito específico para a população quilombola no censo representa um marco de reparação histórica importante e que serve de investigação de referência para outros países da diáspora africana".

"Essa é a primeira pesquisa oficial para coletar dados específicos sobre a população quilombola. Após 135 anos da abolição da escravidão no Brasil, finalmente, saberemos quantos quilombolas são exatamente, onde estão, e como vivem", comemorou Florbela Fernandes. (Agencia Brasil)

Grupo vai propor medidas contra o assédio moral no serviço público

Criado por decreto presidencial, foi lançado na quinta-feira (27) o grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para elaborar o Plano de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal.

O colegiado vai ter 180 dias para propor medidas aos órgãos, entidades e empresas estatais do país.

Presente no lançamento do GT como representante das entidades sindicais, Maria Lucia da Silva considera o assédio moral um grave problema social, e que, segundo ela, é praticado, muitas vezes, por quem exerce cargos de chefia.

"Muitas vezes, quando ocorrem as denúncias, as comissões que analisam as situações denunciadas são constituídas a mando dos assediadores, quase sempre os que ocupam cargos de chefia. Ademais, não existem estruturas adequadas de acolhimento às vítimas nem políticas para o restabelecimento de suas condições de saúde. A violência e o assédio também afetam a qualidade dos serviços públicos e tem impedido trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo pretos e pretas, de progredirem em suas carreiras".

O GT é coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e já teve a primeira reunião. A titular da pasta, Esther Dweck, também lembrou do assédio institucional, quando empresas ou órgãos públicos criam regras que dificultam o trabalho dos empregados. A ministra destacou ainda que o governo assume a responsabilidade de combater essa prática, não somente nos órgãos públicos.

"Vinte e três estatais se juntaram para formar um grupo sobre ética, que discute a questão do assédio. A gente na Secretaria de Estatais está montando um grupo com todas as empresas estatais para que seja consolidado o grupo nas estatais, onde também é um ambiente onde muitas vezes não é o ideal para se trabalhar".

O Tribunal Superior do Trabalho define o assédio moral no serviço público como condutas repetitivas do agente público, por meio de ação, omissão, gestos ou palavras, que atingem a autoestima, a evolução na carreira ou a estabilidade emocional de outro agente público.

De acordo com a Corte, o assédio pode ocorrer por meio de ações diretas, como acusações, insultos, gritos, humilhações públicas, ou indiretas, com a propagação de boatos, isolamento, recusa na comunicação, fofocas e exclusão social.

Fazem parte do Grupo de Trabalho Interministerial oito ministérios, mais a Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União. Juntas, as pastas devem pensar nas orientações que previnam o assédio moral e a discriminação, por meio de relações saudáveis e respeitosas no ambiente de trabalho público, seja presencial ou remoto.

Quem passar por situações que configurem assédio moral, ou presenciar situações do tipo, deve denunciar no sindicato da categoria, na Justiça do Trabalho ou ao Ministério Público do Trabalho. (Agencia Brasil)

Oito pessoas morrem em explosão de silo no Paraná

Oito pessoas morreram e 12 ficaram feridas após a explosão de um silo de armazenamento de milho no município paranaense de Palotina, localizado no oeste do estado. Segundo o Corpo de Bombeiros local a explosão ocorreu na quarta-feira (26), por volta das 17 horas.

Cerca de 20 bombeiros das unidades de Palotina, Toledo e Cascavel participaram das ações de resgate. O grupo foi reforçado por 14 integrantes do Grupo de Operações de Socorro Tático (Gost) de Curitiba. Os corpos das vítimas foram entregues à Polícia Científica do estado, para perícia; e os 12 feridos foram encaminhados a hospitais da região.

De acordo com o major Zajac, a explosão ocorreu no interior do túnel de um dos silos da cooperativa agroindustrial C.Vale. Na sequência, se estendeu a outros três tuneis interligados.

O major explica que o período atual é de colheita da safra de milho, e que esses armazéns recebem o produto e o estoca até a secagem, para então ser processado.

Zajac acrescenta que as causas da explosão serão investigadas pelos peritos da polícia científica. Ele, no entanto, antecipou algumas das hipóteses sobre quais substâncias presentes no local poderiam ter servido de combustível para a explosão.

"A compactação da massa de milho pode produzir gás por conta da fermentação. É também possível que a explosão tenha sido causada pela poeira do milho, que também pode gerar uma atmosfera explosiva", disse o major à Agência Brasil. "Esses riscos tornam imprescindível a limpeza rotineira desses tuneis", acrescentou.

A C.Vale, empresa responsável pelo silo, divulgou uma nota sobre o ocorrido. Segundo a empresa, as causas da explosão ainda não foram identificadas. (Agencia Brasil)

Paraná deve produzir 46,7 milhões de toneladas de grãos na safra 2022/23, aponta o Deral

A safra 2022/2023 deve chegar a 46,7 milhões de toneladas de grãos no Paraná em uma área de 10,8 milhões de hectares, segundo informações da Previsão Subjetiva de Safra, divulgada na quinta-feira (27) pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Se as expectativas forem confirmadas, representam um aumento de 37% no volume e redução de 1% na área plantada comparativamente ao ciclo 2021/2022, que encerrou com 34,1 milhões de toneladas. "Apesar de alguns desafios pontuais, o estado deve ter uma boa safra", analisa o chefe do Deral, Marcelo Garrido.

A produção de soja está confirmada em 22,4 milhões de toneladas em uma área de 5,8 milhões de hectares. O volume é 80% superior ao produzido na safra 2021/2022, quando os agricultores paranaenses colheram 12,4 milhões de toneladas. A segunda safra de milho está estimada em quase 14 milhões de toneladas, volume 5% superior ao ciclo passado (13,27t), apesar da redução de 12% na área, que passou de 2,7 milhões de hectares em 21/22 para 2,4 milhões na safra atual.

Estima-se um volume de 496 mil toneladas de feijão na segunda safra, 13% inferior ao ciclo 21/22 (570,2 mil t). Já a área caiu de 342,9 mil hectares na temporada 21/22 para 288,6 mil hectares na atual.

As expectativas são positivas para os cereais de inverno, com crescimento de 30% na produção de trigo, somando 4,6 milhões de toneladas (3,5 milhões de t na de 21/22). O cereal também tem um incremento de área de 13% comparativamente ao ciclo anterior, de 1,2 milhão de hectares na safra anterior para 1,4 milhão de hectares.

De maneira geral, os preços das commodities reagiram na última semana. No caso do trigo e do milho, o aumento se deve ao ataque da Rússia aos portos ucranianos, já que os dois países são grandes produtores e a Rússia o principal exportador. No caso da soja, a alta foi influenciada pela redução da expectativa de produção nos Estados Unidos, vice-líder da produção mundial.

A segunda safra de milho ocupa uma área de 2,4 milhões de hectares no Paraná, 12% inferior à área plantada no ciclo 21/22. A colheita evoluiu lentamente nesta semana e chegou a 11% da área. Esse percentual disponibiliza 1,6 milhão de um volume esperado de 14 milhões de toneladas. A colheita tem encerramento previsto para setembro.

Cerca de 30% das lavouras restantes ainda estão em fase de enchimento de grãos e as demais maturando, sem grande exposição a riscos climáticos. De acordo com o agrônomo do Deral Carlos Hugo Godinho, as produtividades inicialmente obtidas oscilaram bastante. Em parte das lavouras houve desempenho abaixo do esperado, em função da cigarrinha e dos períodos de estiagem, especialmente no Sudoeste. "Porém, outras lavouras surpreenderam positivamente, especialmente no Oeste do Estado", explica. A definição da safra deverá acontecer a partir da intensificação dos trabalhos na região Norte.

O Paraná atingiu um recorde na produção de soja neste ano. Foram 22,4 milhões de toneladas, 80% a mais do que as 12,4 milhões obtidas na safra passada, prejudicada pelo clima. A área foi 2% maior, com 5,8 milhões de hectares, contra 5,7 milhões no ciclo 21/22. Aproximadamente 58% do volume está comercializado, índice abaixo da média para o período. (AENPR)

Ana Moser diz não ter controle sobre sua manutenção no ministério

A ministra do Esporte, Ana Moser, disse na quinta-feira (27), em São Paulo, que não tem controle sobre uma possível saída do ministério. Segundo ela, a possibilidade é uma "questão externa", que vai ser definida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

"Externamente, não tenho nenhum controle sobre o assunto. E internamente, tenho que manter o nosso trabalho", disse. "Essa é uma questão externa, não tenho nenhum controle ou nada disso. Fui convidada pelo presidente Lula em dezembro para ser ministra e estou aqui. E, quando ele me desconvidar, eu saio", acrescentou.

A ministra viajou recentemente para a Austrália e Nova Zelândia para acompanhar o início da Copa do Mundo Feminina de Futebol e para promover e costurar a candidatura do Brasil para sediar o evento em 2027.

Em entrevista, a ministra disse que seu foco no momento é a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo Feminina de Futebol e para entregar, nos próximos dias, a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino.

"A Estratégia Nacional para o Futebol Feminino é uma série de ações. São sete itens diferentes, com uma visão e diagnóstico do que é o contexto do futebol feminino no Brasil. E já dá para adiantar que os números são muito pequenos do que existe de ações, de times e de volume de futebol feminino no país", adiantou.

Entre as ações que devem constar na estratégia, de acordo com a ministra, estão a construção de um calendário melhor e mais amplo, um número maior de investimento dos clubes para que haja mais atletas profissionais do que amadoras e o fomento para a construção de centros de formação e treinamento para mulheres. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Jornal ODIASP

10ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional II - Santo Amaro/SP. Edital para conhecimento de terceiros. Prazo 30 dias. Proc. **1036259-68.2023.8.26.0002**. A Dra. Flavia Beatriz Goncalez da Silva, Juíza de Direito da 10ª Vara da Família e Sucessões - Foro Regional II - Santo Amaro/SP,Faz saber que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, Lucas Cive Barbosa e Thaisa Balestrero Thiele Barbosa, objetivam alterar o regime de bens do casamento passando do atual regime de comunhão parcial de bens para separação de bens, nos termos do art. 734, §1º - CPC. Nestas condições, expede-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 27 de junho de 2023. |28,31|

EDITAL DE INTIMAÇAO-PRAZO DE 20DIAS. PROCESSO Nº **0010726-24.2023.8.26.0100** O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr.Tom Alexandre Brandão,na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Leonardo Vieira da Rosa CPF 953.129.350-34,que Rafael Barbosa Moreira requereu o cumprimento da sentença,para receber a quantia de R$ 12.691,00(março/2023).Estando o executado em lugar ignorado,expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra,pague o débito,atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%,sobre o valor total da dívida(art.523, § 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação(art.525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei.São Paulo,19 de junho de 2023.**27,28**

Edital para conhecimento de terceiros. Prazo 30 dias. Proc. **1007464-25.2023.8.26.0011**. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões-Foro Regional XI-Pinheiros/SP., Dr. Augusto Drummond Lepage, na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, José Aparecido Ramos Neto Faria e Luzia Helena Garcia Ramos Faria, objetivam alterar o regime de bens do casamento passando do regime de comunhão universal de bens para o regime da comunhão parcial de bens,nos termos do art.734,§ 1ºdo CPC. Nestas condições, expede-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem aceitos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei.São Paulo,03 de julho de 2023. |27,28|

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da **ANGIS – Associação Nacional dos Organismos de Inspeção**, Sr. Aquiles Leonardo Pisanelli, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, FAZ SABER a todos os seus associados que realizar-se-á em 08 de agosto de 2023, às 09:30 horas em primeira chamada e às 10:00 horas em segunda e última chamada, de forma remota e virtual, a Assembleia Geral Extraordinária prevista no Artigo 17º do Estatuto. Os associados participarão de forma remota, conforme Art.16º §9º do Estatuto Social, através de acesso virtual, no seguinte link: https://meet.google.com/ark-svur-dba, sendo necessário que os presentes confirmem a sua participação, informando o respectivo e-mail para o seguinte endereço eletrônico: coordenacao@angis.org.br para que possam estar habilitados a atividade junto a Assembleia. A Assembleia Geral Extraordinária será regida pela seguinte pauta: Alteração do Estatuto Social em decorrência da mudança de endereço da sede da Angis. Ressaltamos que conforme nosso Estatuto Social: Art. 7º. São deveres dos associados: § 2°. O Associado deve, por carta dirigida à Diretoria Estatutária, devidamente acompanhada de instrumento de mandato (procuração) redigido nos moldes legais, cujo outorgante, deve necessariamente constar do Contrato Social ou Estatuto na qualidade de representante legal, credenciar um representante (outorgado) para o fim especifico de representá-lo junto aos assuntos e atividades da Associação, sendo defeso ao representante outorgado o direito de ser votado, exceto se o nome deste constar do Contrato Social ou Estatuto como Administrador. Obs.: Necessário confirmar presença através do e-mail: coordenacao@angis.org.br. São Paulo, 26/07/2023. AQUILES LEONARDO PISANELLI – PRESIDENTE.

editora ática editora scipione

EDITORA SCIPIONE S.A.

CNPJ nº 44.127.355/0001-11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria permanece à disposição dos senhores quotistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas, encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado Nota 2.4)	01/01/2021 (Reapresentado Nota 2.4)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	360	42	16
Títulos e valores mobiliários	6	5.806	321.723	277.433
Contas a receber	7	36.399	10.074	6.844
Estoques	8	28.264	20.914	12.119
Adiantamentos		2.402	1.345	186
Tributos a recuperar	9	16.604	12.751	4.937
Partes relacionadas	19	64.968	975	14.006
Total do ativo circulante		**154.803**	**367.824**	**315.541**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	9	11.882	23.026	27.213
Depósitos judiciais	16	361	466	645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.897	2.209	4.987
Partes relacionadas	19	4.187	59.838	75.237
Imobilizado	10	637	974	1.380
Intangível	11	4.276	2.104	1.499
Total do ativo não circulante		**24.240**	**88.617**	**110.961**
Total do ativo		**179.043**	**456.441**	**426.502**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado Nota 2.4)	01/01/2021 (Reapresentado Nota 2.4)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		13.254	2.714	3.824
Fornecedores risco sacado		23.391	30.183	20.226
Obrigações trabalhistas	13	9.649	4.562	1.867
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	1.728	3.565
Tributos a pagar	14	993	1.216	66
Adiantamentos de clientes		3.499	2.343	2.909
Demais contas a pagar		–	78	125
Partes relacionadas	19	4.712	231.561	858
		55.498	**274.385**	**33.440**
Não circulante				
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	15	5.333	4.943	24.333
Partes relacionadas		–	–	205.559
		5.333	**4.943**	**229.892**
Total do passivo		**60.831**	**279.328**	**263.332**
Patrimônio líquido				
Capital social	18.1	175.674	245.674	245.674
Reservas de capital	18.2	2.071	1.811	1.811
Prejuízos acumulados		(59.533)	(70.372)	(84.315)
Total do patrimônio líquido		**118.212**	**177.113**	**163.170**
Total do passivo e patrimônio líquido		**179.043**	**456.441**	**426.502**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**245.674**	**1.811**	**(84.315)**	**163.170**
Juros sobre capital próprio	–	–	(7.850)	(7.850)
Lucro do exercício	–	–	21.793	21.793
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**245.674**	**1.811**	**(70.372)**	**177.113**
Resultado abrangente do exercício				
Lucro do exercício	–	–	10.839	10.839
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	10.839	10.839
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas				
Redução de capital (nota 18.1)	(70.000)	–	–	(70.000)
Opções outorgadas reconhecidas	–	260	–	260
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**175.674**	**2.071**	**(59.533)**	**118.212**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Editora Scipione S.A. ("Companhia" ou "Scipione"), sociedade anônima constituída em 1º de março de 2004, com sede na Alameda Santos, 960, na cidade de São Paulo - SP, têm como principais atividades, editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos. A controladora direta da Companhia é a Saber Serviços Educacionais S.A., que possui participação de 84,2%, sendo que as demais ações cuja participação totaliza 15,8% pertencem à Somos Educação S.A., ambas Empresas do Grupo Cogna. As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pele Administração em 20 de julho de 2023. **2. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adota estimativas contábeis e julgamentos críticos, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nessas premissas, são realizadas estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1 Julgamentos:** A Empresa não possui operações, em 31 de dezembro de 2022, que necessitem de julgamentos específicos **3.2 Estimativas:** A Empresa faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*", o método de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para reconhecer as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos, conforme nota explicativa 1. **b) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perda seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Ver nota explicativa 15. **c) Provisão para perdas esperadas:** A Companhia efetua análises das contas a receber, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 6(c). **d) Estoques - Provisão para obsolescência dos estoques:** A Empresa adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Empresa considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 7.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa		
Conta corrente	360	42
	360	**42**

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de 103,32% do CDI (102,81% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. Títulos e valores mobiliários:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
LF - Letras Financeiras	5.806	–
LFT - Letra Financeira do Tesouro	–	321.723
	5.806	**321.723**
Circulante	5.806	321.723
	5.806	**321.723**

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 103,32% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,81% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Contas a receber: a) Composição:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Livros didáticos e paradidáticos	36.791	11.991
	36.791	**11.991**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(392)	(1.917)
	36.399	**10.074**

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*):	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Valores a vencer	**36.322**	**1.208**
Vencidos		
Até 30 dias	–	63
Entre 61 e 90 dias	–	6.808
Entre 91 e 180 dias	9	189
Entre 181 e 365 dias	10	540
Acima de 365 dias	450	3.183
Total vencidos	**469**	**10.783**
Provisão para perda esperada	(392)	(1.917)
	36.399	**10.074**

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas: A Companhia constitui mensalmente a provisão para perdas esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 18 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua *performance* de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre o histórico de inadimplência de cada produto. **Movimentação das perdas esperadas:** As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Saldo inicial	**(1.917)**	**(2.075)**
Baixa contra contas a receber	246	183
Reversão (provisão)	1.279	(25)
Saldo final	**(392)**	**(1.917)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 540 dias, o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

7. Estoques:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Produtos acabados	4.656	4.524
Produtos em elaboração	9.165	12.561
Matérias-primas	14.443	3.829
	28.264	**20.914**

A movimentação da provisão para perdas em estoques está apresentada a seguir:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Saldo inicial	**(2.210)**	**(2.519)**
Adição do período	(160)	(1.496)
Perdas com estoque	6	1.805
Saldo final	**(2.364)**	**(2.210)**

8. Tributos a recuperar:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	7.931	24.127
PIS, Cofins e ISS a recuperar (ii)	20.555	11.650
	28.486	**35.777**
Circulante	16.604	12.751
Não circulante	11.882	23.026
	28.486	**35.777**

(i) Refere-se a valores a recuperar de IRRF retido de aplicações e notas fiscais, IRPJ, CSLL, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil. (ii) Refere-se basicamente a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço.

9. Imobilizado:	**Móveis, equipamentos e utensílios**	**Edificações e benfeitorias**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**120**	**1.257**	**4**	**1.381**
Depreciações	(38)	(369)	–	(407)
Transferências	1	3	(4)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**83**	**891**	**–**	**974**
Depreciações	(30)	(307)	–	(337)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**53**	**584**	**–**	**637**
Taxa média anual de depreciação	11%	16%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Custo	689	4.485	–	7.375
Depreciação acumulada	(636)	(3.901)	–	(6.738)

10. Intangível:	**Softwares**	**Produção de conteúdo**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.452**	**47**	**1.499**
Adições	1.111	–	1.111
Amortizações	(497)	(9)	(506)
Transferência	37	(37)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.103**	**1**	**2.104**
Adições	2.739	–	2.739
Baixas	–	(1)	(1)
Amortizações	(566)	–	(566)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.276**	**–**	**4.276**
Taxa média anual de amortização	20%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Custo	20.842	19	20.861
Amortização acumulada	(16.566)	(19)	(16.585)

11. Obrigações trabalhistas:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Salários a pagar	566	–
INSS a recolher	778	299
FGTS a recolher	170	84
IRRF a recolher	747	620
Provisão de férias e 13º salário	877	196
Encargos sobre provisões	259	66
Provisão de participação dos lucros	4.148	819
Comissões a funcionários	2.063	2.468
Outros	41	10
	9.649	**4.562**

12. Tributos a pagar:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ISS	35	31
PIS	2	–
COFINS	10	–
IRRF	946	1.178
CSLL	–	1
Demais	–	6
	993	**1.216**

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais nos quais a figura como parte (ré). **13.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação:**

	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31/12/2021	**4.023**	**11**	**909**	**4.943**
Adições	–	15	307	322
Atualização monetária	164	1	548	713
Reversões	–	(8)	(333)	(341)
Total efeito resultado	**164**	**8**	**522**	**694**
Pagamentos	–	–	(304)	(304)
Saldo em 31/12/2022	**4.187**	**19**	**1.127**	**5.333**

13.2 Processos com expectativa de perdas possíveis: O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

	31/12/2022	**31/12/2021**	**Quantidade 31/12/2022**	**Quantidade 31/12/2021**
Tributárias	73.354	79.718	87	89
Cíveis	776	776	1	1
Trabalhistas	700	3.421	3	3
Total	**74.830**	**83.915**	**91**	**93**

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2022, 21 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais. A seguir destacamos as principais: **(i) Tributárias:** • Auto de infração relacionado a cobrança de possíveis débitos referentes a COFINS do período de apuração outubro a dezembro de 2010, na importância de R$ 12.043; • Auto de infração relacionado a cobrança de PIS/COFINS do exercício de 2012, na importância de R$ 7.150; • A Companhia ainda é parte em 85 processos que totalizam o montante de R$ 54.161. As demandas são principalmente relacionadas a tributos diversos. **(ii) Cíveis:** • Ação movida contra a Editora, onde o autor alega a utilização sem autorização, de materiais do acervo intelectual para elaboração de livros didáticos, no montante de R$ 776. **(iii) Trabalhistas:** • Reclamação trabalhista envolvendo pedidos de bônus remuneratório, gratificações, horas extras e demais verbas trabalhistas na importância de R$ 601.

14. Depósitos judiciais:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Tributárias	247	444
Cíveis	18	22
Trabalhistas	96	–
Total	**361**	**466**

15. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: 15.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado: O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíações nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro da Companhia. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do período	13.521	28.345
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíações nominais	**(4.597)**	**(9.637)**
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido	1.891	3.085
IRPJ e CSLL demais movimentações	24	–
Total IRPJ e CSLL	**(2.682)**	**(6.552)**
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(3.370)	(3.774)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	688	(2.778)
	(2.682)	**(6.552)**

15.2 Imposto de renda e contribuição social diferido: A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	31/12/2021	**Efeitos no Resultado**	**31/12/2022**
Imposto de renda/Contribuição Social:			
Prejuízos fiscais/Base Negativa CSLL	544	(544)	–
Diferenças Temporárias do Lucro Real			
Provisão para perda esperada	652	(518)	134
Depreciação e Custo de Empréstimo	165	42	207
Provisões não dedutíveis	826	467	1.293
Participação nos lucros e resultado	(136)	1.241	1.105
Outros Ajustes	158	–	158
Ativo não circulante líquido	**2.209**	**688**	**2.897**
Ativo circulante	–		–
Ativo não circulante	2.209		2.897
Total	**2.209**		**2.897**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$ 245.674, correspondente 24.567.385.725 ações no valor de R$0,01. a) Em 10 de maio de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada redução de capital social da Companhia em caixa, no valor de R$ 70.000, que totalizam 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo 5.891.900 pela acionista Saber Serviços Educacionais S.A. e 1.108.100 pela acionista Somos Educação S.A., a fim de refletir a redução de capital da Sociedade deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2022 e cuja Ata foi publicada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nas edições do dia 10 de março do jornal "O Dia SP" e do Diário Oficial do Estado de São Paulo, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social, nos termos do art. 173 da Leia das S.A., devidamente reconhecidos e registrados na escrituração contábil da Sociedade, fazendo com isso o capital social da Companhia passar de 245.674 para R$ 175.674. Considerando os movimentos descritos acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizando R$ 175.674, correspondente a 17.567.385.725 ações no valor de R$0,01 (em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 245.674, correspondente a 24.567.385.725 ações no valor de R$ 0,01). **16.2. Reservas de capital:** O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é R$ 2.071 (R$ 1.811 em 31 de dezembro de 2021). **17. Partes relacionadas: 17.1. Transações entre partes relacionadas:** As principais transações contratadas pela Companhia com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão resumidas a seguir:

Partes relacionadas - ativo:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Alienação de participação societária (i)	55.815	55.815
Rateio de despesas corporativas (ii)	4.515	975
Garantia de contingências (iii)	4.187	4.023
Juros sobre capital próprio antecipado (iv)	4.638	–
	69.155	**60.813**
Ativo Circulante	64.968	975
Ativo Não Circulante	4.187	59.838
	69.155	**60.813**

(i) Contas a receber da controladora direta Saber, derivado da alienação de participação em entidade anteriormente controlada pela Scipione, onde o respectivo recebimento havia sido realizado na controladora, no montante de R$ 55.815, liquidado em 06 de abril de 2023; (ii) Valores a receber através de notas de débito referente a compartilhamento de despesas corporativas junto a Empresas ligadas da Companhia no montante de R$ 4.515 em dezembro 2022 (R$ 975 em dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo a receber relativo ao rateio das despesas com o centro de distribuição em Recife junto a sua coligada Somos Sistemas, sendo em média R$ 44 o valor do recebimento mensal no decorrer do exercício, com vencimento em 05 de dezembro de 2024; (iii) Contas a receber relativo de indenização constituído em decorrência da aquisição, pela controladora indireta Saber, da Empresa Somos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado Nota 2.4)
Receita líquida de vendas e serviços	20	**63.915**	**78.522**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	**(39.781)**	**(41.617)**
Lucro bruto		**24.134**	**36.905**
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	21	(1.005)	(2.465)
Gerais e administrativas	21	(8.652)	(542)
Reversão (provisão) de perda esperada	7	1.279	(25)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	8	(202)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**15.764**	**33.671**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	8.656	13.818
Despesas financeiras	22	(10.899)	(19.144)
		(2.243)	**(5.326)**
Lucro operacional antes dos impostos		**13.521**	**28.345**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(3.370)	(3.774)
Diferidos	17	688	(2.778)
		(2.682)	**(6.552)**
Lucro líquido do exercício		**10.839**	**21.793**
Lucro básico por ação ON - R$	23	0,10	0,14

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	**10.839**	**21.793**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**10.839**	**21.793**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado Nota 2.4)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.521	28.345
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	10 e 11	903	913
Reversão (provisão) para perda esperada	7	(1.279)	25
Provisão para perdas dos estoques	8	160	1.496
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	15	(19)	(3.999)
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	15	713	163
Encargos financeiros em valores recebidos da controladora		6.831	16.665
Outorga de opções de ações		260	–
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	22	(8.248)	(12.003)
		12.842	**31.605**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aumento em contas a receber		(25.046)	(3.255)
Aumento em estoques		(7.510)	(10.291)
Aumento em adiantamentos		(1.057)	(1.159)
Redução em tributos a recuperar		8.030	3.010
Redução em depósitos judiciais		105	179
(Aumento) redução em partes relacionadas		(8.328)	14.838
(Redução) aumento em fornecedores		10.540	(1.111)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		(6.792)	9.957
Aumento em obrigações trabalhistas		5.087	2.695
Redução em tributos a pagar		(4.633)	(7.239)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		1.156	(566)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(304)	(156)
Redução nas demais contas a pagar		(77)	(47)
Juros em pagamento de valores cedidos pela controladora		(29.056)	–
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**(45.043)**	**38.460**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.427)	(3.859)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(46.470)**	**34.601**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Resgate) investimentos de títulos e valores mobiliários		324.165	(32.287)
Adições ao intangível	11	(2.739)	(1.111)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**321.426**	**(33.398)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de Capital	18	(70.000)	–
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas		(4.638)	(1.177)
Pagamento de valores cedidos pela controladora		(200.000)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(274.638)**	**(1.177)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**318**	**26**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	42	16
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	360	42
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**318**	**26**

Educação, durante o ano de 2018. A constituição desse valor visa resguardar a Companhia de quaisquer ônus advindo das contingências provisionadas no passivo, decorrente de aproveitamentos fiscais oriundos de planejamento tributário. O montante atualizado dessas contas a receber é de R$ 4.187 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.023 em 31 de dezembro de 2021); (iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a companhia realizou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio no montante de R$ 4.638 as suas controladoras diretas Saber e Somos Educação.

Partes relacionadas - passivo:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Rateio de despesas corporativas (i)	4.712	2.663
Juros sobre capital próprio a pagar	–	6.673
Mútuo a pagar (ii)	–	222.225
	4.712	**231.561**
Passivo Circulante	4.712	231.561
	4.712	**231.561**

(i) Valores a pagar através de notas de débito referente a compartilhamento de despesas da controladora direta Cogna e outras Empresas da Companhia no montante de R$ 4.712 (R$ 2.665 em dezembro de 2021). O montante reconhecido no resultado relativo a essa operação, em 2022, foi de R$ 11.405 de receita (R$1.669 de despesa em 31 de dezembro de 2021). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve uma migração de funcionários entre empresas do Grupo, saindo de EDE para Companhia; (ii) A controladora direta Saber, com o objetivo de melhor alocação de capital entre suas controladas, realizou transferências de valores em caixa e com contrapartida de aumentos de capital ou contratos de mútuo, dependendo de uma análise de cada sociedade. Para tanto, foram celebrados contratos de mútuo considerando a remuneração de CDI+3,57% a.a., e que resultaram em montante a pagar em 31 de dezembro de 2021 de R$222.225. Sobre essas operações não incidirá o imposto sobre operações financeiras (IOF), em decorrência do Decreto 10.504/2020, aprovado pelo Governo, que define alíquota zero para o imposto nas operações de crédito até o fim deste ano. Apresentamos a seguir os saldos a receber por entidade controlada. Apresentamos a seguir os movimentos ocorridos durante o exercício:

Empresa	**31/12/2021**	**Juros**	**Liquidação**	**31/12/2022**
Saber	222.225	6.831	(229.056)	–
	222.225	**6.831**	**(229.056)**	**–**

17.2 Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a remuneração chave da administração, que contempla a diretoria e a Administração da Companhia é de R$ 491, respectivamente correspondente a salários, benefícios e encargos. Essa remuneração representa o valor total pago pela controladora indireta Saber pelos serviços prestados pelos administradores a diversas Empresas do Grupo que por sua vez é rateado mensalmente e distribuído entre elas via sistema de notas de débitos. Para os membros da direção da Companhia, são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos nas mensalidades de K-12 nas escolas do Grupo Cogna, além de descontos sobre os produtos próprios da Companhia.

18. Receita líquida de vendas:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita bruta		
Receita com venda de livros e apostilas	64.263	81.411
Outras receitas	395	1.034
	64.658	**82.445**
Deduções da receita bruta		
Impostos	(33)	(51)
Descontos e devoluções	(710)	(3.872)
Receita líquida	**63.915**	**78.522**

19. Custos e despesas por natureza:	**31/12/2021**	**31/12/2021** (Reapresentado Nota 2.4)
Salários e encargos sociais	(19.603)	(4.571)
Reversão (provisão) para perda esperada	1.279	(25)
Custo dos produtos vendidos	(255)	(1.803)
Custo de livros comerciais	(6.612)	(7.746)
Custos com papel e gráfica	(21.184)	(15.745)
Publicidade e propaganda	(106)	(88)
Depreciação e amortização	(903)	(913)
Utilidades, limpeza e segurança	(37)	2
Consultorias e assessorias	(448)	(227)
Custos editoriais	(8.699)	(12.451)
Direitos autorais	(2.583)	(3.323)
Outras receitas (despesas), líquidas	8	(184)
Cobrança de rateio de despesas corporativas	11.405	(1.669)
Aluguel e condomínio	(67)	(88)
Viagens	(2)	–
Taxas e contribuições	(11)	(19)
Multas e infrações	(299)	–
Serviços de terceiros	(53)	–
Reversão (provisão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	19	3.999
	(48.151)	**(44.851)**
Custo das vendas e serviços	(39.781)	(41.617)
Despesas com vendas	(1.005)	(2.465)
Despesas gerais e administrativas	(8.652)	(542)
Provisão (reversão) de perda esperada	1.279	(25)
Outras receitas operacionais, líquidas	8	(202)
	(48.151)	**(44.851)**

20. Resultado financeiro:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	8.248	12.003
Outras receitas financeiras	408	1.815
	8.656	**13.818**
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e de cobrança	(124)	(25)
Juros e atualização de passivos	(164)	(33)
Juros sobre risco sacado	(3.051)	(1.668)
Atualização de Contingências	(713)	(163)
Juros sobre mútuo	(6.831)	(16.665)
Outras despesas financeiras	(16)	(590)
	(10.899)	**(19.144)**
Resultado financeiro	**(2.243)**	**(5.326)**

21. Lucro por ação: 21.1. Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	10.839	21.793
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	109.782	154.850
Lucro básico por ação ordinária	**0,10**	**0,14**

DIRETORIA

Roberto Afonso Valério Neto - Diretor Presidente

Frederico da Cunha Villa - Vice-Presidente Financeiro (CFO)

DIRETOR DE CONTROLADORIA

Sergio Helano Araujo Betta Junior - CRC RJ-102511/O-5

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

→ continuação

EDITORA SCIPIONE S.A. - CNPJ nº 44.127.355/0001-11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e Acionistas da Editora Scipione S.A. *São Paulo - SP.* Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **Base para opinião:** Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa n° 2.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 27 de junho de 2022. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomados em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de julho de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador - CRC 1SP290557/O-2

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 02507-0
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("**Companhia**") que se realizará em primeira convocação no dia 17 de agosto de 2023, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Samuel Morse, nº 74, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP ("**AGE**"), nos termos dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia ("**Ordem do Dia**"): **(i)** aprovar a alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de aumentar o limite de capital autorizado da Companhia; **(ii)** aprovar a alteração do parágrafo 1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de compatibilizar o prazo para convocação de Assembleias Gerais com o prazo legal aplicável, previsto no artigo 124, § 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** aprovar a alteração do parágrafo 8º do artigo 16º e do parágrafo 6º do artigo 19º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de incluir a possibilidade de assinatura de atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria por meio físico, eletrônico ou digital; **(iv)** ratificar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as matérias constantes dos itens "i", "ii", "iii" e "iv" acima. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1.** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (**www.cvm.gov.br**), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**www.b3.com.br**) e da Companhia (**www.planoeplanori.com.br**), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de maço de 2022, conforme alterada e em vigor ("**RCVM 81/22**"). **2.** Para tomar parte e votar na AGE, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade, **caso o acionista seja pessoa física**; (ii) atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, **caso o acionista seja pessoa jurídica**; e (iii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGE. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e comprovantes de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio acima referido. Os originais dos documentos aqui referidos, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da AGE. Não será admitida a participação à distância no âmbito da AGE. As demais instruções relativas à AGE estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (**www.planoeplanori.com.br**), bem como no site da CVM (**www.cvm.gov.br**). São Paulo, 26 de julho de 2023. **RODRIGO UCHOA LUNA -** Presidente do Conselho de Administração

---

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1055345-61.2019.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Miguel de Deus Rodrigues, CPF 045.607.448-15, que Disbra Diesel - Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. ajuizou ação de execução, para cobrança de R$117.877,26 (jun/19), referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outros Pactos. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade, podendo, no prazo de 15 dias, apresentar embargos ou depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 06 de julho de 2023. **|27,28|**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004243-83.2022.8.26.0006** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Mara Regina Trippo Kimura, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARIA HELENA DA SILVA e MARIA CÂNDIDA PEIXOTO, que lhe foi proposta uma ação de Inventário por parte de Manuel Joaquim da Silva Peixoto e outros, alegando em síntese: requerer a abertura e processamento do inventário e partilha dos bens deixados por ocasião do falecimento de sua irmã, Sra. ANA DA SILVA PEIXOTO. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|27,28|**

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO: 30 DIAS Processo Digital nº: **1008465-54.2023.8.26.0008** Classe - Assunto: Alteração de Regime de Bens-Regime de Bens Entre os Cônjuges Requerentes: Robson Luques Mariano e Simone Zuliani Ferreira Mariano A MM.ª Juíza de Direito da 2ªVara da Família e Sucessões,do Foro Regional VIII-Tatuapé,Estado de São Paulo,Dra.Marilia Carvalho Ferreira de Castro,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e Cartório,se processam os termos de uma Ação de Alteração de Regime de Bens,requerida por Robson Luques Mariano e Simone Zuliani Ferreira Mariano,qualificados nos autos, casados em 25/07/2013, perante o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 46º Subdistrito-Vila Formosa,São Paulo Capital,quando,inicialmente,optaram pelo regime de Comunhão Parcial de Bens;e que o casal intenta ALTERAR o regime de bens do casamento para o de SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS (art. 1639, parágrafo 2.º, do Código Civil), ressalvados os direitos de terceiros. Ficam eventuais interessados na lide intimados de que terão o prazo de 15(quinze)dias para impugnação,contados após os 30(trinta) dias supra mencionados. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de junho de 2023.**|27,28|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0000482-42.2023.8.26.0001**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficiente São Camilo. Executado: Isabela Ferraz Landi e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000482-42.2023.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. JOSE FABIANO CAMBOIM DE LIMA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Isabela Ferraz Landi (CPF. 382.004.098-64) e a José Carlos Landi (CPF. 638.251.988-04), que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-os ao pagamento da quantia de R$ 171.464,02 (dezembro de 2022). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital para que, em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente publicado na forma da lei. São Paulo, 10/07/2023. 27 e 28 / 07 / 2023

Cyrela Gérbera Magik LZ Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 14.131.883/0001-83 - NIRE 35225706732

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.07.2023, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 5.114.000,00 **para** R$ 3.114.000,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR MAGIK LZ 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 31.019.956/0001-69 - NIRE 35235306451

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.07.2023, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 31.984.000,00 **para** R$ 1.984.000,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

MTO Laterza Boituva SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 28.596.198/0001-37

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

A Sociedade, através de sua Diretoria, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve convocar, todos os Sócios a se reunirem em **Reunião de Sócios** a ser realizada em **28/08/2023**, das **11hs às 13hs,** de forma presencial na sede da Sociedade, à **Avenida Horácio Lafer, 160 – conjunto 21 – Itaim Bibi, São Paulo, SP** para discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** os relatórios da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 2021 e 2022; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022; **(iii)** reiterar as deliberações tomadas em sede de Reuniões de Sócios realizadas em 10/03/2022 e 21/03/2022, e das consequentes alterações de Contrato Social. Os documentos ali mencionados estão à disposição dos Sócios na sede social. (27, 28 e 31/07/2023)

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 94ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Fica rerratificado o Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 94ª Emissão da Virgo Companhia De Securitização publicado no Jornal "O Dia SP" nas edições dos dias 11, 12 e 13 de julho de 2023, de forma que fica ***alterada a data de realização da assembleia*** do dia 03 de agosto das 2023 às 16:40 horas para o ***dia 31 de agosto de 2023 às 16:40 horas,*** ficando assim convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 94ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*atual denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 31 de agosto de 2023 às 16:40, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma "Microsoft Teams",** conforme Resolução CVM nº 60 (conforme abaixo definido), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (a) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 26 de julho de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - ***(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)***

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES – Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário das 235ª e 236ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 235ª e 236ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 235ª e 236ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Terceira Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 10 de agosto de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em março de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60; (ii) Autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. As demais regras observarão a Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora desde 30 de maio de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de julho de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES – Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário das 300ª e 301ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 300ª e 301ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 300ª e 301ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 10 de agosto de 2023, às 15:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em março de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60; (ii) Autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. As demais regras observarão a Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora desde 30 de maio de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de julho de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1005151-25.2017.8.26.0004**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: IRESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Requerido: A Gomes Martins Gesso Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005151-25.2017.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Seung Chul Kim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) A GOMES MARTINS GESSO ME, CNPJ 17.416.118/0001-06, e ANTONIA GOMES MARTINS, Brasileira, CPF 021.442.883-48, que IRESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., na qualidade de substituto processual de Itaú Unibanco S.A., move uma ação de Procedimento Comum Cível, objetivando à cobrança da quantia de R$ 68.943,35 (abril/2017), decorrente do saldo devedor na conta corrente nº 12809-2, junto à agência 7482 do banco Itaú Unibanco S.A., corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, além das custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se os Réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelos Réus, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Autor conforme previsto no artigo 344 do CPC, ficando advertidos de que no caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2023. 27 e 28 / 07 / 2023.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE GERALDA MANDU DOS SANTOS, REQUERIDO POR LILIAN MANDU DOS SANTOS E OUTRO - PROCESSO Nº**1008331-52.2022.8.26.0011**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ªVara da Família e Sucessões,do Foro Regional XI-Pinheiros,Estado de São Paulo,Dr(a).Augusto Drummond Lepage, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 18/04/2023 transitada em julgado em 21/06/2023,foi decretada a INTERDIÇÃO de GERALDA MANDU DOS SANTOS, CPF 21403380813, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil por ser portadora de quadro clínico de demência na doença de Alzheimer e nomeado(a) como CURADOR(A),em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Lilian Mandu dos Santos,CPF 090.822.708-62 e Marcos Antonio Mandu Nogueira,CPF 089.207.188-57,devendo prestar contas da curatela anualmente,mediante distribui8ção de incidente processual próprio. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de julho de 2023. **|28|**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007537-94.2023.8.26.0011 A MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao Fumishiro Usuda, japonês, nascido em 23 de março de 1963, filho de Eisaku Usuda e Ritsuko Usuda, pai biológico de Arisa Usuda, que lhe foi proposta uma ação de Outros procedimentos de jurisdição voluntária por parte de Robert Dyer Stange e outros, alegando em síntese: Robert Dyer Stange, americano, ,RNE sob o nº V 303880-U, de um lado, como adotante e, Arisa Usuda, japonesa, naturalizada brasileira, RG nº 37.611.365-0, de outro lado, como adotanda e, Lika Kishino, RG nº 12.623.073-0 SSP/SP,como anuente requerem a cientificação do requerido Fumishiro Usuda. O requerido se separou de fato da genitora, logo que vieram ao Brasil, quando a adotanda tinha quase 04 anos de idade. A adotanda, agora maior de idade, não tem qualquer memória do pai biológico, que a abandonou, sem lhe dar qualquer assistência, ignorando o dever de sustento. A mãe da adotanda, conseguiu ter seu divórcio decretado em março de 2008. Em 2002, o adotante e a genitora da adotanda passaram a estabelecer relação saudável e duradoura, incluindo a adotanda em seu convívio. Em 2009, passaram a coabitar, constituindo unidade familiar e a adotanda, desde então, passou a viver junto do adotante, seu padrasto do ponto de vista formal. Ao longo desses anos, jamais o requerido entrou em contato com a adotanda ou a genitora, sendo seu paradeiro desconhecido. Requer o deferimento e homologação da adoção da maior e o cancelamento do registro de nascimento e de sua respectiva certidão, em nome da adotanda, com a eliminação do sobrenome do seu pai biológico, mantidos os vínculos com a mãe e seus respectivos parentes, eliminado os dados do seu pai biológico e respectivos parentes e para constar o nome do adotante e seus respectivos parentes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de julho de 2023. **|28|**

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES – Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação Para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário das 255ª e 256ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 255ª e 256ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 255ª e 256ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Segunda Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 10 de agosto de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em março de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60; (ii) Autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. As demais regras observarão a Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora desde 30 de maio de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de julho de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES – Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Segunda Convocação para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário das 361ª e 362ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 361ª e 362ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 361ª e 362ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 10 de agosto de 2023, às 16:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em março de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60; (ii) Autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. As demais regras observarão a Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora desde 30 de maio de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de julho de 2023

Brazilian Securities Companhia de Securitização

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 514.390, em 09 de março de 2023, e autuado o requerimento feito por HELENA VERAS BAPTISTA, brasileira, solteira, maior, médica, RG nº 9.908.711-X-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 026.591.528-70, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Abílio Soares nº 1363, apto. 104; RENATO VERAS BAPTISTA, brasileiro, médico, RG nº 10.826.043-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 051.515.528-48, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, com RUTH KIMURA, brasileira, enfermeira, RG nº 10.202.031-0-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 092.832.418-43, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Afonso Celso nº 308, casa 04; e, CELSO VERAS BAPTISTA, brasileiro, economista, RG nº 7.204.554-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 022.989.788-67, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, com MARISA TELES BAPTISTA, brasileira, aposentada, RG nº 59.859.850-9-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 405.067.549-87, residente e domiciliado nesta Capital, na Avenida Bernardino de Campos nº 144, apto. 41,objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA da casa situada na Rua Almir Ribeiro nº 105, antigo nº 101,no 19º Subdistrito - Perdizes, objeto da transcrição nº 27.652,**neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 425 a 434 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial extraordinária da usucapião";** e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado",** ficam eles por este Edital **INTIMADOS** da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venha de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. **São Paulo, 13 de julho de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva**). 13 e 28/07/23

Citação. Prazo 20 dias. Processo **1063264-67.2020.8.26.0100**. O Dr. Alexandre Bucci, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro/SP. FAZ SABER à DICAS E OPORTUNIDADES COMÉRCIO DE ARTIGOS FINOS EIRELI, CNPJ 17285843000184 e NEY FARIAS DA SILVA, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 135104907, CPF 04815139814, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Ana Fatiga, objetivando o pagamento do valor de R$ 29.764,00, condenando-os em danos morais, bem como ao pagamento dos ônus de sucumbência. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado Curador Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. **|27,28|**

II - Santo Amaro e Ibirapuera Varas Cíveis 9ª Vara Cível
EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº **1038272-74.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a). Adilson Araki Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber a Bar e Lanches Nelio e Nunes Ltda-ME CNPJ 03.782.953/0001- 47,que Franco Bachot Industria e Comércio de Móveis Eireli ajuizou ação comum para cobrança de R$30.000,00(junho/2022),referente a parcelas vencidas da Nota Fiscal 000.021.131.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido,foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para os atos e termos da ação proposta e para que,no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 2023. **|27,28|**

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 882.046 em 10 de março de 2023 a requerimento de RUBEA GALANTE VENDETTI, brasileira, divorciada, do lar, RG nº 5.900.899-4-SSP/SP, CPF nº 618.286.378-15, domiciliada e residente nesta Capital, na Rua Nhandú nº 605, Planalto Paulista, cep 04059-001, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e aos proprietários tabulares Srs. Laurence Augustine Juliette Crudeli Sclearuc, italiana, assistida de seu marido Renato Sclearuc, brasileiro, proprietários, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Hideo Sugyama nº 226, tendo os mesmos compromissado à Renzo Crudeli e s/mr. Berta Ritter Crudelli, que também assina Bertha Ritter Crudelli, italianos, proprietários, residentes e domiciliados nesta Capital, na Avenida Inhandú nº 605, que a autora acima qualificada, requer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o imóvel situado na Avenida Inhandú nº 605, com 175,00m², descrito no memorial descritivo ora juntado no procedimento, com origem na transcrição nº 105.419 e inscrição nº 33.888, deste Registro, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de junho de 2023. 13 e 28/07/23

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 515.237, em 29.03.2023, reapresentado em 10.07.2023, o Requerimento de 07 de julho de 2023, feito pelo credor fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A. inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, objetivando a intimação pessoal do fiduciante VINICIUS LOUREIRO, RG nº 344228356-SSP/SP, CPF/MF nº 379.522.388-17, o qual se encontram em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO,** conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97**, FICAM ELES INTIMADOS A COMPARECEREM** neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 28/03/2023, o valor de R$-22.826,68, decorrente do instrumento particular de 27 de junho de 2019, registrado sob nºs R.5 e 6, na Matrícula nº 93.223 referente à UNIDADE AUTÔNOMA nº 2, localizada no andar intermediário ou 2º pavimento do "EDIFÍCIO J.R. II", situado na Rua Frederico Steidel nº 219, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica o FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, à credora fiduciária restará a faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Conforme Provimento CGJSP nº 21-2019, o credor solicitou a publicação do edital em mídia eletrônica, desta forma, sendo publicado por 3 (três) dias consecutivos. São Paulo, 28 de julho de 2023. O OFICIAL.